



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 726/2015 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 651/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, visa instituir o Conselho Municipal da Cultura da Paz.

De acordo com o art. 1º, o Conselho Municipal da Cultura da Paz será criado no Município de São Paulo, com funcionamento no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

O art. 2º dispõe que o Conselho Municipal da Cultura da Paz se orientará pelos seguintes princípios, consagrados no Manifesto 2000 da UNESCO:

I - a prática da não violência, rejeitando a violência em todas as suas formas - física sexual, psicológica, ambiental, verbal, política, econômica, social, cultural e religiosa;

II - respeito à vida e a dignidade humana sem discriminação ou preconceito;

III - defesa à liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre o diálogo;

IV - preservação do planeta promovendo o consumo responsável e um modo de desenvolvimento que respeite todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais;

V - a solidariedade em todos os ambientes da família, da sociedade e dos governos;

VI - o desenvolvimento das comunidades com plena participação das mulheres e dos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças, adolescentes e idosos;

VII - a criação de uma sociedade democrática, pluralista, baseada na diversidade e uma governança assentada em princípios da não violência;

VIII - a generosidade e o amor pelo outro compartilhando o tempo e recursos materiais para por um fim à exclusão, à injustiça e à opressão política e econômica.

Conforme o art. 3º, ao Conselho Municipal da Cultura de Paz competirá, dentre outras ações, promover e organizar a Conferência Municipal da Cultura de Paz a ser realizada bianualmente; contribuir para que a gestão pública inclua a cultura de paz no município como tema transversal das políticas públicas; promover o diálogo, a mediação e a arbitragem para a busca de soluções não violentas de conflitos na cidade, rejeitando todas as formas de violência; apoiar projetos comunitários para o desenvolvimento da cultura de paz nas diversas regiões da cidade; estimular a criação de núcleos locais que atuem no âmbito das subprefeituras, em consonância com as orientações do Conselho Municipal da Cultura de Paz; realizar semestralmente escuta pública "ouvir para compreender" aberta a toda a sociedade para manifestações que possam auxiliar na atuação do próprio Conselho.

O Conselho Municipal da Cultura de Paz será composto por 42 (quarenta e dois) membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos governos municipal e estadual e de diversos segmentos da sociedade.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, para corrigir a numeração dos incisos do art. 4º, e acolher sugestão do autor para reduzir de 6 para 5 o número de representantes de organizações não governamentais, sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI Nº 651/2013

Institui o Conselho Municipal da Cultura da Paz, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica criado no Município de São Paulo, com funcionamento no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o Conselho Municipal da Cultura da Paz.

Art. 2º O Conselho Municipal da Cultura de Paz se orientará pelos seguintes princípios, consagrado no Manifesto 2000 da UNESCO:

I - a prática da não violência, rejeitando a violência em todas as suas formas - física sexual, psicológica, ambiental, verbal, política, econômica, social, cultural e religiosa;

II - respeito à vida e a dignidade humana sem discriminação ou preconceito;

III - defesa à liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre o diálogo;

IV - preservação do planeta promovendo o consumo responsável e um modo de desenvolvimento que respeite todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais;

V - a solidariedade em todos os ambientes da família, da sociedade e dos governos;

VI - o desenvolvimento das comunidades com plena participação das mulheres e dos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças, adolescentes e idosos;

VII - a criação de uma sociedade democrática, pluralista, baseada na diversidade e uma governança assentada em princípios da não-violência;

VIII - a generosidade e o amor pelo outro compartilhando o tempo e recursos materiais para por um fim à exclusão, à injustiça e à opressão política e econômica.

Art. 3º Ao Conselho Municipal da Cultura de Paz compete:

I - elaborar o seu regimento interno;

II - promover e organizar a Conferência Municipal da Cultura de Paz a ser realizada bianualmente;

III - contribuir para que a gestão pública inclua a cultura de paz no Município como tema transversal das políticas públicas;

IV - sensibilizar e conscientizar a população do Município para a importância da cultura de paz na construção da cidadania;

V - estimular a criação de metodologias para uma educação permanente pela cultura de paz e pela diversidade em todos os segmentos da sociedade;

VI - estimular a incorporação de valores da cultura de paz nas disciplinas ministradas na rede municipal de ensino, contribuindo para a formação de cidadãos que rejeitem a violência;

VII - promover o diálogo, a mediação e a arbitragem para a busca de soluções não violentas de conflitos na cidade, rejeitando todas as formas de violência;

VIII - apoiar projetos comunitários para o desenvolvimento da cultura de paz nas diversas regiões da cidade;

IX - estimular a participação da sociedade civil e dos governos em ações de compromisso com a paz no Município e fora dele;

X - propor e desenvolver ações de caráter público, promotoras de valores e atitudes que contribuam para a erradicação das guerras, visando à construção da cultura de paz;

XI - incentivar ações que visem a erradicação da intolerância e das discriminações de gênero, sexual e de etnia;

XII - apresentar e dar parecer sobre programas e projetos que digam respeito à cultura de paz na cidade de São Paulo;

XIII - estabelecer parcerias com a iniciativa privada, organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, para a viabilização de projetos, ações e iniciativas por uma cultura de paz;

XIV - propor o reconhecimento e dar visibilidade para projetos, movimento e atitudes que consolidem uma cultura de paz;

XV - estimular a criação de núcleos locais que atuem no âmbito das subprefeituras, em consonância com as orientações do Conselho Municipal da Cultura de Paz;

XVI - realizar semestralmente escuta pública "ouvir para compreender" aberta a toda a sociedade para manifestações que possam auxiliar na atuação do próprio Conselho.

Art. 4º O Conselho Municipal da Cultura de Paz será composto por 40 (quarenta) membros titulares, distribuídos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante da Secretaria do Governo Municipal;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes;

VII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

VIII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente;

IX - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação;

X - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Segurança Urbana;

XI - 1 (um) representante da Guarda Civil Metropolitana;

XII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres;

XIII - 1 (um) representante da Coordenadoria da Juventude;

XIV - 1 (um) representante da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais da Câmara Municipal de São Paulo;

XV - 1 (um) representante do governo do Estado de São Paulo;

XVI - 1 (um) representante do Conselho Parlamentar para a Cultura de Paz da Assembleia Legislativa;

XVII - 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

XVIII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

XIX - 6 (seis) representantes de expressões religiosas; espiritualistas, indígenas; movimentos inter-religiosos; expressões religiosas afro, afrodescendentes e brasileiras;

XX - 8 (oito) representantes de movimentos sociais pela paz, garantida a participação de um representante de cada macrorregião da cidade: Norte 1, Norte 2, Oeste, Centro, Leste 1, Leste 2, Sul 1 e Sul 2;

XXI - 5 (cinco) representantes de organizações não governamentais que atuam pela cultura de paz;

XXII - 1 (um) representante de entidade que congregue organizações, fóruns e redes;

XXIII - 2 (dois) representantes da área de comunicação, entre profissionais de rádio televisão e imprensa escrita.

§ 1º Os segmentos previstos nos incisos XIX ao XXIII deste artigo deverão escolher seus representantes por meio de eleições na forma a ser regulamentada.

§ 2º Os representantes dos segmentos previstos nos incisos XIX ao XXIII deste artigo deverão credenciar-se junto à Secretaria de Governo, para candidatar-se à vaga no Conselho, indicando em qual. categoria se, enquadram e os respectivos representantes titulares e suplentes.

§ 3º Será criada uma Comissão Eleitoral, coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania para realizar a primeira eleição do Conselho Municipal da Cultura de Paz, sendo as demais eleições organizadas pelo próprio Conselho.

Art. 5º A cada representante titular caberá um suplente que o representará nas reuniões do Conselho Municipal da Cultura de Paz em caso de ausência.

Parágrafo Único. Os representantes suplentes poderão participar das reuniões do Conselho Municipal da Cultura de Paz, quando o representante titular estiver presente, no entanto, não terão direito a voto.

Art. 6º Nenhum membro do Conselho Municipal da Cultura de Paz receberá por sua participação qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º Os integrantes do Conselho Municipal da Cultura de Paz elegerão um coordenador e uma coordenadora para seus trabalhos, que será alternada entre seus membros a cada sessão do Conselho.

Art. 8º O mandato dos membros do Conselho Municipal da Cultura de Paz será de 02 (dois) anos, podendo estes ser reconduzidos uma única vez consecutiva ao cargo.

Art. 9º Esta lei deverá ser regulamentada em 60 (sessenta) dias, a partir da data da sua publicação.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 06/05/2015.

Abou Anni - PV

Adilson Amadeu - PTB

Jair Tatto - PT - Relator

Nelo Rodolfo - PMDB

Ota - PROS

Paulo Fiorilo - PT

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 08/05/2015, p. 78

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.